

## TEMA 1

### **Salário-Mínimo Profissional do Médico Veterinário: As implicações da decisão do STF sobre o "congelamento do piso"**

O salário mínimo profissional é uma preocupação que sempre permeou as discussões trabalhistas desde os primórdios da discussão sobre a necessidade de garantia do mínimo existencial ao trabalhador.

Na esteira desta discussão, surgiu Lei 4.950-A/66 que estabeleceu que:

- 1) Este salário-mínimo seria obrigatório para os diplomados nos cursos regulares superiores mantidos pelas Escolas de Engenharia, de Química, de Arquitetura, de Agronomia e de Veterinária.
- 2) O salário-mínimo fixado é a remuneração mínima obrigatória por serviços prestados pelos profissionais.
- 3) Estabeleceu um parâmetro de carga horária.
- 4) Fixou o salário-base mínimo de 6 (seis) vezes o maior salário-mínimo comum vigente no País;
- 5) Estabeleceu o parâmetro para o pagamento de horas extras e seu acréscimo mínimo de 25% as horas excedentes das 6 (seis) diárias de serviços.
- 6) Estabeleceu a remuneração do trabalho noturno acrescida de 25% (vinte e cinco por cento).

Ocorre que, após a promulgação desta lei, sobrevieram inúmeras alterações na legislação trabalhista, primeiro com a Constituição Federal de 1988, que inseriu inúmeras garantias mínimas, posteriormente com o advento do Estatuto dos Servidores Públicos, posteriormente com a reforma trabalhista de 2017, e ainda com o julgamento pelo STF da ADPF

171/MA que congelou o valor do salário mínimo profissional a partir de 02/03/2022, houve alteração na interpretação da referida norma sobre o que é o salário mínimo profissional.

A partir destas alterações legislativas e jurisprudência podemos concluir que:

- As categorias que são contempladas pela referida lei são os engenheiros, independentemente de sua especialidade, arquitetos, agrônomos e médicos veterinários;
- Com o advento da CF/88 e do Estatuto do Servidor Público, houve uma interpretação diversa quanto a aplicação do salário mínimo profissional entre trabalhadores do setor público e setor privado. É certo que para os trabalhadores do setor privado a lei se aplica de forma clara e obrigatória. Já para os trabalhadores do setor público, os salários seguem plano de cargos e salários e os orçamentos de cada órgão público, não se submetendo à lei em questão.

Como já mencionado acima, com a ADPF 171 a partir de 02/03/2022 o valor do salário mínimo que era vigente naquela data foi congelado no valor daquela data, desatrelando assim o critério de indexação do salário mínimo profissional ao salário mínimo nacional.

No entanto, para que o valor do salário mantenha seu poder de compra e se respeite a legislação trabalhista quanto aos critérios de correção, o valor do salário mínimo profissional passou a ser corrigido através de negociação coletiva entre os sindicatos patronal e profissional, por ocasião da data base das categorias profissionais, dentro dos critérios discutidos pelos sindicatos considerando a inflação dos últimos doze meses, a recomposição do poder de compra do salário, a conjuntura econômica do momento e do mercado e outros parâmetros que os sindicatos entendam necessários para balizar esta correção.

Independentemente desta negociação coletiva, a Federação dos Médicos Veterinários edita todos os anos, no mês de janeiro de cada ano, uma tabela com um o reajuste do salário profissional mínimo, que a reajustado pelo INPC dos últimos 12 meses, como forma de balizar e auxiliar nas negociações coletivas.

É importante frisar que o salário mínimo profissional é a contraprestação mínima devida pelo trabalho, sendo que as gratificações por horas extras, adicional noturno trabalho em dias de descanso segue o que é previsto na CLT e na CF/88.

O salário mínimo profissional se aplica de forma proporcional para jornadas inferiores a seis horas de trabalho diários, portanto é obrigatório para qualquer jornada.

Para as jornadas superiores a seis horas, o cálculo é efetuado com base no valor hora acrescido de um adicional de 25%. E como encontrar o valor da hora? Basta utilizar o valor do salário mínimo profissional dividido por 180.

A fiscalização quanto ao cumprimento do salário mínimo profissional é feita pelo Ministério do Trabalho, através de seus auditores fiscais.

Os sindicatos profissionais da região têm legitimidade para, através de ação de cumprimento, como substituto processual, cobrar na justiça o pagamento quando houver denúncia sobre o descumprimento.

O sindicato é o legítimo representante da categoria profissional. Os sindicatos têm cinco funções básicas que norteiam a sua ação: negociação, assistencial, arrecadação, colaboração e representação. A função de negociação é a que permite ao sindicato, após autorizado por assembleia da categoria, a efetuar as negociações salariais em nome da categoria. A assistencial é de prestar assistência social, em saúde e jurídica de forma

gratuita aos seus associados. A arrecadação é a de cobrar suas contribuições dos seus associados e da categoria. A colaboração está em auxiliar os órgãos de fiscalização no desempenho desta função, bem assim fornecer subsídios aos órgãos jurisdicionais e demais entidades que necessitem de informações sobre o trabalho da categoria e a representação se dá na possibilidade do sindicato atuar no judiciário como substituto processual atuando em nome próprio mas para a defesa dos interesses da categoria como um todo.

A Federação é o conjunto de sindicatos que se reúnem com o objetivo de reunir esforços para fomentar a articulação política e econômica em prol da categoria que representa. Na ausência de sindicato em determinada base territorial está a federação autorizada a participar como representante da categoria por competência residual.

É importante frisar ainda que a jurisprudência dominante do TST é no sentido de que o salário mínimo profissional deve seguir os parâmetros acima listados, e que os reajustes seguem as normas coletivas a partir de 2022.